DocuSign Envelope ID: 306C8634-7DA6-494F-8018-869A5465B461

DIREÇÃO S.A.
CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO

DIREÇÃO S.A. Crédito, Financiamento e Investimento

CNPJ nº 58.158.387/0001-99

Demonstrações Financeiras - 30 de Junho de 2023 e 31 de Dezembro de 2022 (Em milhares de reais)

Relatório da Administração/Diretoria: Senhores Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sa. o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado, a Demonstração do Resultado Abrangente, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido devidamente acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes, relativos aos semestres e exercício findos em 30 de junho de 2023, 31 de dezembro de 2022 e 30 de junho de 2022. A diretoria permanece ao inteiro dispor dos senhores acionistas para quaisquer esclarecimentos julgados necessários. Santos/SP, 31 de julho de 2023.

Balanço Patrimonial	30.06.2023	31.12.2022
Ativo/Ativo Circulante	**51.631**	**47.459**
Caixas e Equivalentes de Caixa	**7**	**14**
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	–	–
Aplicações no Mercado Aberto	–	–
Títulos e Valores Mobiliários	**47.069**	**43.247**
Carteira Própria	47.069	43.247
Operações de Crédito	**559**	**374**
Empréstimos	565	2.912
Outros Empréstimos	565	3.300
Rendas a Realizar Futuras	–	(388)
Financiamentos	–	204
(Provisão Créditos Liqu.Duvidosa)	(6)	(2.742)
Outros Créditos	**26**	**1.226**
Diversos	26	1.226
Outros Valores e Bens	**3.970**	**2.598**
Bens Não Uso de Próprio	3.970	2.598
(Provisão Desvalorização Outros Bens)	–	–
Ativo Não Circulante	**3.667**	**4.221**
Ativo Realizável a Longo Prazo	**403**	**944**
Títulos e Valores Mobiliários	–	–
Certificados de Privatização	–	–
Operações de Crédito	403	944
Empréstimos	403	4.762
Outros Empréstimos	403	5.489
Rendas a Realizar Futuras	–	(727)
Financiamentos	–	–
(Provisão Créditos Liqu. Duvidosa)	–	(3.818)
Outros Créditos	–	–
Diversos	–	–
Ativo Permanente	**3.264**	**3.277**
Investimentos	3.013	3.013
Outros Investimentos	3.013	3.013
Imobilizado de Uso	251	264
Outras Imobilizações de Uso	120	120
Imóveis de Uso	20	20
(Depreciações e Acumuladas)	(120)	(113)
Intangível	240	237
(Amortizações e Acumuladas)	(9)	–
Total do Ativo	**55.298**	**51.680**

Balanço Patrimonial	30.06.2023	31.12.2022
Passivo/Passivo Circulante	**163**	**1.345**
Obrigações Repasses do País - Inst. Oficiais	–	–
FINAME	–	–
Outras Obrigações	163	1.345
Cobrança e Arrec. Tributos e Assemelhados	–	2
Fiscais e Previdenciárias	76	1.270
Sociais e Estatutárias	–	–
Provisões para Pagamentos a Efetuar	87	72
Provisão para Contingências	–	–
Credores diversos do País	–	1
Passivo Não Circulante	**–**	**–**
Passivo Exigível a Longo Prazo	**–**	**–**
Obrigações com Repasses do País - Inst. Oficiais	–	–
FINAME	–	–
Patrimônio Líquido	**55.135**	**50.335**
Capital:		
Ações Ordinárias - País	40.000	40.000
Reservas de Capital	–	–
Reservas de Lucros	14.501	11.372
Ações em Tesouraria	(4.166)	(4.166)
Lucros ou Prejuízos Acumulados do Exercício	4.800	3.129
Total do Passivo	**55.298**	**51.680**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

1º Semestre de 2023	Capital Social Integralizado	Ações em Tesouraria	Reservas de Lucros: Reservas Legais	Reservas de Lucros: Outras	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido Consolidado	Demonstração do Resultado Abrangente
Saldos Iniciais	40.000	(4.166)	1.853	9.519	3.129	–	50.335	–
Prejuízo Líquido do Período	–	–	–	–	4.800	–	**4.800**	**4.800**
Constituição de Reservas	–	–	–	3.129	(3.129)	–	**–**	**–**
Saldos Finais	**40.000**	**(4.166)**	**1.853**	**12.648**	**4.800**	**–**	**55.135**	**4.800**
Mutações no Período	**–**	**–**	**–**	**3.129**	**(3.129)**	**–**	**4.800**	**–**

Demonstração do Resultado	30.06.2023	30.06.2022
Receitas da Intermediação Financeira	**3.020**	**2.805**
Operações de Crédito	98	624
Resultado de Operações com Títulos e Valores Imobiliários	2.922	2.181
Despesas da Intermediação Financeira	**(2)**	**(109)**
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	–	–
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2)	(109)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	**3.018**	**2.696**
Outras Receitas/Despesas Operacionais	**1.697**	**(840)**
Despesas com TVM e IFD	–	–
Despesas de Pessoal	(597)	(469)
Outras Despesas Administrativas	(807)	(1.014)
Despesas Tributárias	(35)	(32)
Outras Receitas Operacionais	3.307	822
Outras Despesas Operacionais	(171)	(147)
Resultado Operacional	**4.715**	**1.856**
Resultado Não Operacional	154	141
Resultado antes da Trib. s/Lucro Líquido e Participações	**4.869**	**1.997**
Imposto de Renda e Contribuição Social	–	(577)
Participação dos administradores/empregados no lucro	**(69)**	**–**
Prejuízo do Semestre/Exercício	**4.800**	**1.420**
Prejuízo do Semestre por Ação (R$)	**0,120000**	**0,035500**

Demonstração do Resultado Abrangente	1º Semestre/2023
Resultado Líquido do Período	4.800
Parcela dos Sócios	4.800
(=) Outros Resultados Abrangentes Antes da Reclassificação	–
(=) Outros Resultados Abrangentes	–
(=) Resultado Abrangente Total	4.800
(=) Parcela Total dos Sócios	4.800

Demonstração dos Fluxos de Caixa - R$ Mil	30.06.2023	30.06.2022
Atividades Operacionais:		
Lucro/Prejuízo Líquido do Período	4.800	1.420
Ganhos de Capital - Vendas de Imobilizados	–	–
Depreciações e Amortizações	16	7
(Aumento)/Reduções: (Ativo Circulante e Realizável a Longo Prazo) Ativo Circulante:	**4.816**	**1.427**
– Títulos e Valores Mobiliários - Carteira Própria	(3.822)	(1.849)
– Operações de Crédito - Empréstimos	2.347	(180)
– Operações de Crédito - Financiamento	204	(1)
– Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.736)	273
– Outros Créditos	1.200	(331)
– Outros Valores e Bens	(1.372)	–
Realizável a Longo Prazo		
– Operações de Crédito - Empréstimos	4.359	340
– Operações de Crédito - Financiamento	–	177
– Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Revertidas	(3.818)	(164)
– Outros Créditos - Diversos	–	–
(Aumento)/Reduções: (Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo)	**(3.638)**	**(1.735)**
Passivo Circulante:	**(1.182)**	**305**
– Outras Obrigações	(1.182)	305
Caixa Líquido gerado/(aplicado) nas atividades Operacionais:	**(4)**	**(3)**
Atividades de Investimentos:	**–**	**–**
Alienação de Imobilizados e Investimentos:		
Aquisição de Imobilizados e Investimentos	(3)	–
Caixa Líquido gerado/(aplicado) nas atividades Investimentos: Atividades de Financiamentos:	**(3)**	**–**
Caixa Líquido gerado/(aplicado) nas atividades Financiamentos:	–	–
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(7)**	**(3)**
Modificações no Caixa e Equivalentes de Caixa:		
– Disponibilidades no início do período:	14	90
– Disponibilidades no final do período:	7	87
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	**(7)**	**(3)**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto Operacional: A DIREÇÃO S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento, constituída e organizada sob a forma de sociedade de crédito, financiamento e investimento, está autorizada a operar com as carteiras de crédito, financiamento e investimentos, no regime prudencial simplificado - segmento 5 (S5), conforme Resolução CMN nº 4553/2017. **2. Base de Preparação e Apresentação das Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras da DIREÇÃO S/A foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil as quais levam em consideração as disposições emanadas da Lei das Sociedades por Ações, além das normas do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelos órgãos reguladores relacionados ao processo de convergência contábil internacional e não conflitam com a regulamentação do Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (BACEN) e estão consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). **3. Sumário das Principais Práticas Contábeis:** a) Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro rata temporis, considerando-se o número de dias corridos para aquelas de natureza financeira, conforme Resolução CMN nº 4.924/2021. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço. b) Caixa e equivalentes de caixa: As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com a Resolução CMN nº 4.818/2020 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), sendo caixa e equivalentes de caixa os saldos de disponibilidades e aplicações interfinanceiras de liquidez imediatamente conversíveis, ou com prazo original igual ou inferior a 90 dias. c) Aplicações interfinanceiras de liquidez: São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos: De acordo com o estabelecido pela Circular nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, do Banco Central do Brasil, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da administração, quais sejam: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda; e • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos classificados como "para negociação" e "disponíveis para venda" são avaliados, na data do balanço, pelo seu valor de mercado e aqueles classificados como "mantidos até o vencimento" são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados para negociação são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período. Os títulos classificados como "disponíveis para venda" são avaliados pelo valor de mercado e o registro do ganho ou da perda, em função da avaliação a valor de mercado, é efetuado em conta destacada do patrimônio líquido denominado ajustes ao valor de mercado - TVM e instrumentos financeiros derivativos líquidos dos efeitos tributários. e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa: As operações de crédito são classificadas de acordo com a avaliação da administração quanto ao risco de crédito individualizado, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando as determinações constantes na Resolução CMN nº 2.682/1999 do Banco Central do Brasil, que requer a classificação do nível de risco quando da concessão do crédito, bem como a realização de análise periódica da carteira de crédito e sua classificação em nove níveis de risco, sendo "AA" (menor risco) e "H" (crédito 100% provisionado). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação somente são reconhecidos como receita, quando efetivamente recebidos. f) Outros valores e bens - Bens não de uso próprio: É representado por bens não de uso próprio da instituição, recebidos em dação de pagamento, registrados inicialmente pelo custo e ajustado por provisão para perda no valor recuperável quando necessário. f.1) Em 15/09/2021 efetuamos o reconhecimento e a mensuração referente ao imóvel recebido em dação de pagamento do cliente fiduciante VIFRAN COMERCIAL E CONSTRUTORA LTDA., conforme contrato CF23333R02, no montante de R$ 3.031.791,26, correspondente a parte ideal de 62,50% do imóvel matriculado no 1° CRI de Santos sob o n° 8.970, o qual encontra-se disponível para venda. f.1.1) Em 29/07/2022 efetuamos o reconhecimento e a mensuração referente à venda parcial (8,93%) do imóvel, no valor de R$ 433.529,76, para Bechara Imóveis e Adm. Ltda., conforme escritura de compra e venda lavrada em 28/07/2022, no 8° Cartório de Registro de Notas do município de Santos. f.1.2) Em 05/01/2023 efetuamos o reconhecimento e a mensuração referente a venda parcial (12,96%) deste imóvel, no valor de R$ 628.500,00, para Bechara Imóveis e Adm. Ltda., conforme escritura de compra e venda lavrada nesta data, no 8° Cartório de Registro de Notas do município de Santos. f.2) Em 27/01/2023 efetuamos o reconhecimento e a mensuração referente ao imóvel recebido em dação de pagamento do cliente fiduciante JOÃO MIGUEL KODJA NETO, conforme contrato CF23263, no montante de R$ 2.000.000,00, correspondente ao imóvel matriculado no CRI de Santos sob o nº 6/79.955 AV.7/M-79.955 E 8/M-79.955. g) Outros ativos e passivos circulantes e a longo prazo: São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos e encargos incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata dia" e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização. Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses após a data do balanço são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. h) Ativo Investimentos: Em 15/09/2021 efetuamos o reconhecimento e a mensuração referente imóvel recebido em dação de pagamento do cliente fiduciante FRANZ COMERCIAL E CONSTRUTORA LTDA., conforme contrato CF23329R02, no montante de R$ 3.012.778,94, correspondente à parte ideal de 62,50% do imóvel matriculado no 1° CRI de Santos sob o n° 43.576, o qual encontra-se alugado. i) Ativo Imobilizado e Depreciações: O ativo imobilizado da DIREÇÃO S/A é inexpressivo correspondendo a apenas 0,5245% (0,5741% em dezembro/2021) do total do PL. As depreciações são calculadas pelo método linear, "pro rata temporis", de acordo com os percentuais que compreendam a real expectativa de vida útil econômica dos bens por sua utilização normal, sendo que periodicamente as taxas são revistas e se necessário alteradas. i.1) Não foram realizados no semestre testes de impairment para cálculo do valor recuperável de ativos, conforme dispõe o CPC 1 (R1), porque em nossa estimativa o saldo residual e a vida útil dos bens do ativo permanente encontram-se subavaliados, e como o banco central ainda não recepcionou o CPC 27 (R4), que dispõe sobre o Ativo Imobilizado, não podemos efetuar a revisão e avaliação desses ativos. j) Ativo Intangível e Amortizações: O Ativo intangível se refere ao sistema operacional da instituição, desenvolvido pela empresa FUNÇÃO INFORMÁTICA AUTOMAÇÃO E SISTEMAS LTDA., estando estimado um período de 10 anos para sua utilização e amortização. k) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*Impairment*): A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituído ajuste para a deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Não se configuram no ativo imobilizado da instituição nenhum item que requeira a prática do cálculo de redução ao valor recuperável de ativo (*impairment*). k.1) Neste semestre não foram realizados testes de impairment para cálculo do valor recuperável de ativos, conforme dispõe o CPC 1 (R1), porque em nossa estimativa o saldo residual e a vida útil dos bens do ativo permanente encontram-se subavaliados, e como o banco central ainda não recepcionou o CPC 27 (R4), que dispõe sobre o Ativo Imobilizado, não podemos efetuar a revisão e avaliação desses ativos. l) Atualização monetária de obrigações: As obrigações, contratualmente sujeitas à variação de índices, são atualizadas até a data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado. m) Imposto de renda e contribuição social: A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis, pela alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$ 20 mensais (R$ 240 para o exercício). A contribuição social apurada sobre o lucro líquido ajustado, na forma da legislação em vigor, foi calculada pela alíquota de 15%. n) Estimativas contábeis: Na preparação das demonstrações financeiras são adotadas premissas para o reconhecimento das estimativas para registro de certos ativos, passivos e outras operações como: provisão para créditos de liquidação duvidosa, depreciações do ativo imobilizado de uso, e provisões para contingências. Os resultados a serem apurados quando da concretização dos fatos resultantes no reconhecimento destas estimativas, poderão ser diferentes dos valores reconhecidos nas presentes demonstrações. o) Riscos de Contingências - Provisionamentos: Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, Passivos e ativos Contingentes em linha ao processo de Harmonização às Normas Internacionais de Contabilidade, sendo este CPC, também convalidado pelo CFC-NBC T. 19.7 Resolução nº 1.180/09, e pelo CMN através da Resolução 3823/09, as provisões são reconhecidas no balanço patrimonial quando se constata uma obrigação presente real e legal ou implícito como resultado de eventos passados, e se for provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação. O reconhecimento das provisões é registrado tendo como base a mensuração das melhores estimativas e do risco envolvido. Em 30/06/2023 não havia saldo de contingências provisionadas. p) Instrumentos Financeiros: A instituição alterou as datas de previsão da implantação do plano de implementação da regulamentação contábil estabelecido no Art. 76 da Resolução CMN n° 4.966 de 25.11.2021, que dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge) pelas instituições financeiras, em virtude da mudança dos níveis de agregação do elenco de contas do Cosif a partir de 1º de janeiro de 2025.

Plano de Implementação da Regulamentação Contábil Estabelecida pela Resolução CMN n° 4.966 de 25.11.2021

Itens	Descrição da Etapa	Plano de Implantação: Plano de Ação	Previsão da Elaboração: jan/24	mar/24	mai/24	Revisão: set/24	Implantação: jan/25
1	Objetivo e âmbito da aplicação - Capítulo I	Interpretação dos conceitos e critérios contábeis estabelecidos por esta norma.	√			√	√
2	Definições - Capítulo II	Identificação e avaliação dos tipos de instrumentos financeiros utilizados pela Instituição.		√		√	√
3	Classificação, mensuração, reconhecimento e baixa - Capítulo III	Após a identificação dos instrumentos financeiros utilizados pela Instituição: a) Avaliar e definir as categorias de riscos para efetuar a classificação e reclassificação dos instrumentos financeiros, conforme o modelo de negócio. b) Avaliar e definir a forma de efetuar o reconhecimento e mensuração de instrumentos financeiros, conforme o Art. 12 desta norma; c) Avaliar e definir a forma de baixar e transferir instrumentos financeiros, conforme o grau de risco da operação.		√	√	√	√
4	Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - Capítulo IV	Avaliar e criar os níveis de classificação de riscos operacionais, definindo os percentuais e faixas de crédito que serão aplicados para constituição da provisão de perdas associadas a riscos com instrumentos financeiros.		√	√	√	√
5	Contabilidade de hedge - Capítulo V	Implementação da estratégia para mitigação de riscos na Instituição: a) Identificação dos itens ou objetos de hedge; b) Identificação da categoria; c) Avaliação dos riscos inerentes; d) Definição do modelo de instrumento de hedge; e) Elaboração do demonstrativo de eficácia da estratégia de hedge.			√	√	√
6	Evidenciação de informações sobre instrumentos financeiros - Capítulo VI	Elaboração dos controles internos para divulgação em notas explicativas por classe de instrumentos financeiros, conforme artigos 58 e 59 desta norma.			√	√	√

4. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez: Em 30 de junho de 2023, as aplicações interfinanceiras de liquidez apresentam saldo zero. **5. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos:** A Direção S/A não adota como estratégia de atuação adquirir títulos e valores mobiliários com o propósito de serem negociados de forma ativa e frequente, todavia, os títulos e valores mobiliários estão classificados como "Títulos para Negociação". a) Títulos e valores mobiliários:

	30/06/2023 Valor de Mercado	30/06/2023 Valor Contábil	31/12/2022 Valor de Mercado	31/12/2022 Valor Contábil
Títulos e valores mobiliários:	**47.069**	**47.069**	**43.247**	**43.247**
Carteira própria:				
Títulos Disponíveis para Venda				
Títulos Emitidos p/Instituição Financeira - Renda Fixa				
Certificados de Depósitos Bancários				
Cotas de Fundos de Investimento	47.069	47.069	43.247	43.247
Certificados de Privatização:				
Total	**47.069**	**47.069**	**43.247**	**43.247**

b) Instrumentos financeiros derivativos: Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos no semestre findo em 30 de junho de 2023.

6. Operações de Crédito:

Por tipo de operação	30/06/23	31/12/22
Empréstimos	968	7.674
Financiamentos	–	204
Total	968	7.878
Provisão para Perdas com Empréstimos	(6)	(6.561)
Provisão para Perdas com Financiamentos	–	–
Total	(6)	(6.561)
Total do risco	**962**	**1.317**

Composição da Carteira por Nível de Risco e Tipo de Operações:

31/12/2022 Nível de Risco	Hot Money	Em-prest.	Crédito Pessoal	CDC	Outros Finan.	Vlr. Presente Carteira	Provisão p/ Créd. de Liq. Duvidosa: % por Nível de Risco	Valor da Provisão	Saldo Líquido da Carteira
AA	–	873	–	–	204	1.077	–	–	**1.077**
A	–	–	113		–	113	0,5	1	**112**
B	–	–	15	–	–	15	1,0	–	**15**
C	–	62	55	–	–	117	3,0	4	**113**
D	–	–	–	–	–	–	10,0	–	**–**
E	–	–	–	–	–	–	30,0	–	**–**
F	–	–	–	–	–	–	50,0	–	**–**
G	–	–	–	–	–	–	70,0	–	**–**
H	–	6.556	–	–	–	6.556	100,0	6.556	–
Total	**–**	**7.491**	**183**	**–**	**204**	**7.878**		**6.561**	**1.317**

30/06/2023 Nível de Risco	Hot Money	Em-prest.	Crédito Pessoal	CDC	Outros Finan.	Vlr. Presente Carteira	Provisão p/ Créd. de Liq. Duvidosa: % por Nível de Risco	Valor da Provisão	Saldo Líquido da Carteira
AA	–	484	–	197	–	681	–	–	**681**
A	–	–	70	20	–	90	0,5	1	**89**
B	–	–	34	2	–	36	1,0	–	**36**
C	–	45	100	16	–	161	3,0	5	**156**
D	–	–	–	–	–	–	10,0	–	**–**
E	–	–	–	–	–	–	30,0	–	**–**
F	–	–	–	–	–	–	50,0	–	**–**
G	–	–	–	–	–	–	70,0	–	**–**
H	–	–	–	–	–	–	100,0	–	–
Total	**–**	**529**	**204**	**235**	**–**	**968**		**6**	**962**

Composição da Carteira por Atividade e Vencimentos:

31/12/2022 Setor Privado	Vencidas a Partir de 15 dias	A Vencer: Em até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total
Indústria	–	–	–	–	–	**–**
Comércio	–	–	–	–	–	**–**
Serviços	727	766	1.534	3.080	1.588	**7.695**
P. Físicas	–	26	65	78	14	**183**
Total	**727**	**792**	**1.599**	**3.158**	**1.602**	**7.878**

30/06/2023 Setor Privado	Vencidas a Partir de 15 dias	A Vencer: Em até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total
Indústria	–	–	–	–	–	**–**
Comércio	–	–	–	–	–	**–**
Serviços	–	84	343	306	–	**733**
P. Físicas	–	28	109	88	10	**235**
Total	**–**	**112**	**452**	**394**	**10**	**968**

7. Outros Créditos/Obrigações: a) Outros créditos - Diversos:

	30/06/23	31/12/22
Impostos e contribuições a compensar	–	1.158
Adiantamentos e Antecipações Salariais	26	22
Adiantamentos Pagto. por Nossa Conta	–	–
Devedores por depósitos em garantia	–	–
Outros	–	46
Total	**26**	**1.226**

b) Outras obrigações - Diversas:	30/06/23	31/12/22
Provisão para Impostos e Contribuições sobre o Lucro	–	1.188
Provisão para Contingências Trabalhistas	–	–
Outras	163	157
Total (Curto Prazo)	**163**	**1.345**

A instituição optou em apurar seus resultados pelo lucro real anual, mediante levantamento mensal de balanços ou balancetes de suspensão ou redução. Neste semestre foi apurado resultado fiscal negativo não havendo provisionamento de imposto e contribuição sobre o lucro, em virtude de ajustes de diferenças temporárias controladas na parte B dos livros de apuração tributária (e-Lalur e e-Lacs), conforme parecer de irrecuperabilidade emitido pelo departamento jurídico, as quais foram adicionadas no cálculo tributário dos anos calendários de 2016 e 2017. As provisões de férias e 13º salário foram reconhecidas com base na remuneração dos empregados, incluindo as férias vencidas e proporcionais e os correspondentes encargos sociais e o adicional de um terço. **8. Patrimônio Líquido: Capital:** O capital social da Direção S.A., totalmente integralizado, é representado por 5.600.000.000 (cinco bilhões e seiscentos milhões) de ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, previsto nos estatutos, de 25% sobre o lucro líquido do exercício. **Lucro do período:** No primeiro semestre de 2023, a instituição apurou resultado positivo no montante de MR$ 4.800, estando devidamente evidenciado na DMPL - Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. **Ações em tesouraria:** Em 30 de junho de 2023 a instituição mantinha em tesouraria o montante de MR$ 4.166, referente ações ordinárias adquiridas de acionistas minoritários, estando à disposição para integralização aos acionistas remanescentes ou venda para terceiros, conforme decisão majoritária. **9. Imposto de Renda e Contribuição Social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido do período fiscal corrente, conforme as práticas comentadas na Nota 3-m, foram calculados da seguinte forma:

	IRPJ	CSLL
Resultado antes da tributação	4.789	4.789
Adições temporárias:		
Provisão para Operação de Crédito	29	29
Provisão de Perdas de Crédito	6.546	6.546
Provisão de Contingentes Trabalhistas	–	–
Adições permanentes:		
Despesas não dedutíveis	–	–
Provisão Contribuição Social	–	–
Exclusões:		
Ajustes de Períodos Anteriores	–	–
Reversão de Provisões (Adições Temporárias)	(6.584)	(6.584)
Reversão de Perdas (Adições Temporárias)	(15.337)	(15.337)
	(10.557)	**(10.557)**
Lucro tributável do Período		
Imposto de Renda 15%	–	–
Adicional de 10% sobre o Excedente a R$ 120 mil	–	–
Contribuição Social Sobre o Lucro 15%	–	–
(–) Recolhimentos por Estimativa	–	–
Imposto a Recolher	–	–

As provisões e reversões de créditos de liquidação duvidosa, conforme determinações constantes na Resolução nº 2.682 do Banco Central do Brasil, registradas no período, foram devidamente adicionadas e excluídas da base de cálculo do imposto. **Estrutura de Gerenciamento de Riscos Operacionais:** Atendendo às disposições da Resolução CMN nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, a Direção S/A implementou e mantém estrutura de gerenciamento contínuo, capacitada a identificar, avaliar, monitorar, controlar e mitigar seus riscos, inclusive aqueles decorrentes de serviços terceirizados. Sua estrutura de gerenciamento está suportada pela Diretoria, responsável pela aprovação e revisão periódica da Política de Gerenciamento de Riscos e de Capital, por assegurar que a estrutura está devidamente implementada e é apropriada para suas atividades, provendo-a com recursos adequados. A operacionalização para as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, citada na resolução supra, teve a sua efetiva prática implantada a partir do primeiro semestre de 2018, sendo que os relatórios pertinentes estarão à disposição dos interessados junto à sede da instituição ou em seu sítio (www.direcaosa.com.br), localizado no campo "ESTRUTURA DA INSTITUIÇÃO". **Estrutura de Gerenciamento de Riscos de Créditos: 1. Objetivo:** Em atendimento à Resolução CMN n° 4.557/2017, a Direção S/A, instituiu sua política sobre estrutura e gerenciamento do risco de crédito. **Definição de Risco de Crédito:** Possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização do contrato de crédito decorrente de deterioração na classificação do risco do tomador, redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos da recuperação. **2. Estrutura e Gerenciamento de Risco de Crédito:** A avaliação e o gerenciamento do risco de crédito são realizados pelo Diretor Geral. **Processo de Análise e Concessão de Crédito:** No processo de concessão de crédito, os analistas preparam um relatório de crédito contendo a proposta de crédito e mitigadores de risco (quando aplicáveis), análise econômico-financeira de cada cliente com base em fatores qualitativos e quantitativos, perspectivas de investimentos de investimentos, faturamento estimado, consulta ao Serasa, SCR. Com base nessas informações as propostas são enviadas para o Diretor Geral para o seu parecer final. O controle das garantias está a cargo da área de Análise de Crédito, com a revisão efetuada semestralmente, ou na solicitação de renovação da operação ou pedido de um novo crédito. Na necessidade de garantia adicional na operação, como por exemplo, aval pessoal dos sócios, outros bens e instrumentos financeiros são solicitados aos clientes. **Monitoramento de Crédito:** O monitoramento dos clientes ativos é feito mensalmente pela área responsável, com base nas informações de consultas ao Serasa, SCR, Departamento de Cobrança para acompanhamento dos eventos de inadimplência (análise sobre atrasos, renegociações e acordos para parcelamento e prejuízos), controle sobre limites e demais informações obtidas junto aos clientes, sendo posteriormente reportadas ao Diretor Geral para conhecimento e tomadas de decisão. **Recuperação de Crédito:** Ao menor sinal de deterioração da qualidade de um crédito as ações de monitoramento são segregadas para acompanhamento específico, analisadas caso a caso. Nos casos em que a recuperação de crédito é necessária, a atividade é desenvolvida pelo diretor responsável pela área de Risco de Crédito, em conjunto com o departamento jurídico e as áreas envolvidas no processo. **Classificação de Crédito:** A Direção S/A utiliza na avaliação do risco e estabelecimento de limite de crédito, o rating, seguindo as normas estabelecidas na Resolução nº 2.682/99 do Conselho Monetário Nacional, que prevê que a classificação das operações de um mesmo cliente ou grupo econômico, cujo montante seja superior a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido ajustado da instituição - nos níveis de risco de que trata o art. 1º da referida Resolução seja revista no mínimo a cada seis meses. **Ouvidoria:** Em cumprimento às determinações contidas na Resolução CMN 4.860, de 23/10/2020, foi implementado por esta instituição financeira, o componente organizacional de "Ouvidoria", com o objetivo de assegurar os direitos relativos aos consumidores, bem como de atuar como canal de comunicação entre esta instituição e seus clientes e usuários de seus produtos e serviços oferecidos, inclusive na mediação de conflitos. Da mesma forma, está garantido o acesso a todos os clientes e usuários de produtos e serviços ao atendimento da ouvidoria, por meio de canais ágeis e eficazes, disponibilizando serviço de discagem direta gratuita 0800-7744147, e-mail ouvidoria@direcaosa.com.br. **Canal de Denúncias:** Em cumprimento ao determinado pelo Conselho Monetário Nacional, através da publicação da Resolução CMN nº 4.859 pelo Banco Central do Brasil, em 23 de outubro de 2020, a **DIREÇÃO S.A. - CFI** disponibiliza o acesso ao Canal de Denúncias para o preenchimento do formulário através do Site da instituição de forma a tornar público esse serviço aos clientes e público em geral no seu sítio eletrônico, no endereço www.direcaosa.com.br/denuncia.

DIRETORIA

Marcio Elias Bechara - Diretor Geral
José Donisete Garcia Cardoso - Contador 1SP191566/O-3

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Contábeis

Aos administradores e acionistas da **Direção S.A - Crédito, Financiamento e Investimento. -** Santos - SP. **Prezados Senhores** - Examinamos as demonstrações contábeis da **Direção S.A - Crédito, Financiamento e Investimento**, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. **Opinião:** Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Direção S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento**, em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas emanadas pelo Banco Central do Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis. Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria:** Em nosso julgamento profissional, os assuntos abaixo relacionados foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos: - Estrutura do sistema de controles internos aplicada ao sistema de classificação das operações de crédito e constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa; - Gerenciamento de riscos de crédito e posições associados às atividades de crédito da Instituição; - Testes sobre o processo de atribuição de rating; - Ouvidoria - Prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao terrorismo. **Responsabilidade da administração e da governança sobre as Demonstrações Contábeis:** A administração da **Direção S.A. - Crédito, Financiamento e Investimento** é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis a não ser que a administração pretenda liquidar a companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade de Crédito, Financiamento e Investimento a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar consideravelmente nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. São Carlos (SP), 07 de agosto de 2023. **Alberto Francisco Costa -** Contador - CRC-1SP164292/O-0 - Auditor Independente. **Flavio Antonio Garrido -** Contador - CRC-1SP094509/O - Auditor Assistente.

DocuSigned by:
DIÁRIO DO LITORAL
Assinado por: JORNAL DIARIO DO LITORAL EIRELI:03131150000122
CPF: 02252091959
Data/Hora da Assinatura: 25/08/2023 18:59:41 BRT
ICP Brasil
F752BCF3C08E4CC89D8DD24FBEE0F556

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2021, que institui a Infraestrutura da Chaves Públicas Brasileira- ICP-Brasil.

Esta publicação foi feita de forma 100% digital pela empresa Diário do Litoral em seu site de notícias.
AUTENTICIDADE DA PÁGINA. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link *http://publicidadelegal.diariodolitoral.com.br*